



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Lei Nº 2530/22 de 16.11.22

TORNA OBRIGATÓRIO O ENCAMINHAMENTO A CÂMARA MUNICIPAL DE DOCUMENTOS DAS OBRAS PÚBLICAS EM EXECUÇÃO PELO MUNICÍPIO.

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu, sanciono a seguinte LEI;

Art. 1º O Poder Executivo Municipal deverá encaminhar a Câmara Municipal de Vereadores, por meio eletrônico ou físico, para análise pela Comissão Interna de Obras, a documentação das obras em execução pelo Município, sejam elas executadas com recursos próprios ou por intermédio de convênio.

Art. 2º Logo após a homologação do processo licitatório toda a documentação pertinente ao certame deverá ser encaminhada por meio eletrônico ou físico para a Câmara Municipal, assim como, eventuais termos aditivos e ajustes de cronograma orçamentário financeiro.

Art. 3º A equipe de engenharia ou o responsável técnico do município deverá elaborar, mensalmente, relatório técnico de fiscalização de obra e anexo fotográfico, o qual deverá ser remetido para análise da Câmara Municipal.

Parágrafo Único – No relatório mencionado no *caput* deste artigo deverá constar:

- a) Identificação da obra;
- b) Data das vistorias;
- c) Valor liquidado;
- d) Percentual executado;
- e) Tempo previsto para o seu término;
- f) Se a execução da obra está dentro das normas técnicas de engenharia;
- g) Se os materiais utilizados estão em conformidade com o edital de licitação;
- h) Se o prazo de andamento da obra está dentro do cronograma, em caso negativo, justificar os motivos do descumprimento dos prazos.

Art. 4º O Poder Executivo Municipal, na elaboração do edital, do processo licitatório, poderá priorizar a inserção de cláusula no referido certame da obrigatoriedade de seguro de obras.

Art. 5º Deverá o setor competente, anualmente, realizar vistoria técnica a fim de verificar a garantia dos serviços executados, bem como a qualidade da obra durante o prazo estabelecido pela lei de licitações.

Parágrafo Único - Das vistorias mencionadas no *caput* deste artigo deverá ser elaborada uma declaração de que as referidas obras estão de acordo com o disposto no Plano Diretor, Código de Posturas e Código de Obras do Município, e caso haja alguma irregularidade, deverá ser notificada a empresa responsável para eventual reparo ou correção necessária, encaminhando a documentação pertinente para conhecimento do Poder Legislativo.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Retiro, 16 de novembro de 2022.


ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra


MARCIA MARIZA HEMKMAIER FERNANDES

Sec. Mun. Adm. e Fazenda

PUBLICADO
Data: 16 / 11 / 22
a 23 / 11 / 22
Sec. Municipal de Administração e Fazenda
Resp: 